LEI nº 179, de 30 de dezembro de 1975

INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO.

NOTELIO MARIOTTI, PREFEITO MUNICIPAL DE AJURICABA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber que a Câmera Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

TITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º- Este Código contém, respeitadas as jurisdições federal e estadual, medidas de polícia administrativa a cargo do município, reunindo preceitos gerais de higiene e ordem pública que devem ser observados em seu território e cominando as respectivas penas.

Capítulo II

Art. 2º- Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal no uso de seu poder de polícia.

Art. 3º- Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar a infração

§ 1º- A responsabilidade, em caso de coautoria é solidária.

§ 2º- Pelos atos praticados por incapazes sob pátrio poder, tutela ou curatela, são responsáveis os respectivos pais, tutores ou curadores.

§ 3º- Os empresários, empregadores, empreiteiros parceiros, proprietários, etc., são responsáveis pelos atos de seus prepostos, assim como o coautor pelo coacto.

Art. 4º- As penalidades aplicáveis, dependendo da

gravidade da infração, constarão do seguinte:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Apreensão;

IV - Embargo;

V - Suspensão;

VI - Cassação da Licença.

§ único - Quando o infrator praticar, simultâneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as / penalidades a elas cominadas.

Art. 5º- A pena de advertência será aplicada, por escrito, quando, em face das circunstâncias, se entender sem gravidade a infração punível com multa e fôr primário o infrator.

§ único- A pena de advertência será registrada, para/ os devidos fins, em livro próprio.

Art. 6º- As multas serão graduadas, segundo a gravidade da infração, dentro dos limites e critérios estabelecidos em / lei.

§ 1º- A reincidência genéria, assim entendida a / repetição de qualquer infração prevista neste código (art. 2º), importará na aplicação em dobro, da multa anteriormente aplicada.

§ 2º- A reincidência específica, repetição de infração ao mesmo dispositivo da anteriormente aplicada.

§ 3º- A plurireincidência importará, seja ela genéria ou específica na aplicação da multa prevista nos moldes dos parágrafos anteriores em dobro.

§ 4º- Para que se caracterize reincidência é necessário que a infração anterior já tenha sido punida em caráter definitivo.

§ 5º- Só se considera reincidência a repetição / de infração dentro do prazo de 1 (um) ano.

§ 6º- Quando não houver disposição expressa a pena de multa será de um décimo a um salário mínimo regional.

§ 7º- As reincidências ao disposto no Título III

Capítulo V serão punidas com o dobro da multa anteriormente aplicada.

Art. 7º- A pena de multa não paga no prazo legal será inscrita em dívida ativa, com todas as consequências legais, inclusive cobrança judicial.

Art. 8º- A aplicação de multa não libera o infrator do cumprimento da exigência que a houver determinado, nem o isenta da reparação de danos eventualmente causados.

Art. 9º- As penas de apreensão, embargos, suspensão e cassação de licença são aplicáveis aos casos taxativamente previstos e obedecidas as formalidades legais.

Art. 10º- Nos casos de apreensão, a coisa apreendida será recolhida ao depósito da Prefeitura. Se tal não fôr possível o depósito será feito em mãos de terceiros ou do próprio detentor, se idôneo, observadas as formalidades legais.

§ único- A coisa apreendida só será devolvida depois de paga a multa e indenizadas as despezas feitas com a apreensão, transporte e depósito.

Art. 11 - No caso de não retirada da coisa apreendida no prazo de 30 (trinta) dias, providenciará a Prefeitura em sua venda em hasta pública, sendo aplicada a importância apurada na satisfação da multa e despesas a que se refere o artigo anterior. O saldo será entregue ao proprietário, mediante recibo.

Capítulo III
Dos Autos de Infração

Art. 12 - Verificada a infração, lavrará a autoridade ou funcionário o respectivo auto, segundo modêlo aprovado e que conterá obrigatóriamente:

I – dia, mês, ano, hora e local em que fôr lavrado;

II – nome e cargo de quem o lavrar;

III - sucinto relato da ação ou omissão faltosa, inclusive pormenores que atenuarem ou agravarem a infração;

IV - nome, profissão, idade, estado civil e domicílio do infrator, em se tratando de pessoa jurídica serão indicados a denominação,, ramos de atividade, séde e endereço;

V - o dispositivo infringido;

VI - as assinaturas de quem o lavrou, do infrator e de duas testemu-/ nhas, se houver.

§ 1º- O auto de infração será lavrado em duas vias entregue a segunda ao infrator.

§ 2º- Recusando-se o infrator a assinar e receber/ a cópia, será o fato certificado pelo autuante e testemunhado, se pos sível, por duas pessoas.

Art. 13 -Ciente da atuação terá o autuado o prazo de/ 7 (sete) dias para apresentar defesa, querendo.

§ ùnico- A defesa será deduzida em requerimento es-/ crito, dirigido ao Prefeito Municipal, instruído com as provas dê que dispuser o autuado.

Art. 14 - Decorrido o prazo de dez (10) dias irão os/ autos com ou sem defesa ao conhecimento do Prefeito.

Art. 15 - Ao Prefeito caberá homologar ou negar homo-logação à autuação, bem como julgar da procedência ou improcedência / da defesa, ouvida, sempre que julgar necessário a Consultora Jurídica

Art. 16 - Julgando procedente o auto, especificará o/ Prefeito a natureza da pena ou penas aplicáveis e, em caso de multa / arbitrará dentro dos limites legais, o seu quantum.

Art. 17 - Da decisão do Prefeito não caberá recurso / de natureza administrativa.

Art. 18 - Cientificado da decisão, terá o infrator o/ prazo de cinco (5) dias para dar-lhe cumprimento sob as penas da lei/

§ único - Conforme o caso, poderá o Prefeito, mediante despacho justificado, estabelecer prazo maior ao infrator.

Art. 19 - Ao Prefeito será lícito determinar sindi- / câncias, antes do julgamento.

TÍTULO II

DA HIGIENE PÚBLICA

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 20 - A fiscalização sanitária abrangerá especialmente a higiene e limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas, da alimentação, incluindo todos os estabelecimentos / onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios, e dos estábulos, cocheiras e pocilgas.

Art. 21 - Em cada inspeção em que fôr verificada irregularidade, apresentará o funcionário competente um relatório circunstanciado, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiene pública.

§ único- A Prefeitura tomará as providências cabíveis,/ quando o mesmo fôr da alçada do govêrno municipal, ou remeterá cópia / do relatório às autoridades federais ou estaduais competentes, quando as providências forem da alçada das mesmas.

Capítulo II

Da Higiene das Vias Públicas

Art. 22 - O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado diretamente pela Prefeitura ou por/ concessão.

Art. 23 - Os moradores são responsáveis pela limpe-/ za do passeio e sarjeta fronteiros às respectivas residências ou estabelecimentos.

§ 1º - A lavagem ou varredura do passeio e sarjetas deverá ser efetuada em hora conveniente e de pouco trânsito.

§ 2º - É absolutamente proibido, em qualquer ca-/ so varrer lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza para os ralos/ dos logradouros públicos.

Art. 24 - É proibido fazer varredoura do interior dos prédios, dos terrenos e dos veículos para a via pública, e bem assim/ despejar ou atirar papéis, anúncios, reclames ou quaisquer detritos sô/ bre o leito de logradouros públicos.

Art. 25 - A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas/ sarjetas ou canais das vias públicas danificando ou obstruindo tais / servidões.

Art. 26 - Para preservar de maneira geral a higiene / pública fica terminantemente proibido:

I - lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques situados nas vias públicas;

II - lavar automóveis ou outros quaiquer veículos nos passeios e vias/ públicas;

III - consentir o escoamento de águas servidas das residências para a/ rua;

IV - conduzir, sem as precuações devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das vias públicas;

V - queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em/ quantidade capaz de molentar a vizinhança;

VI - aterrar vias públicas, com lixo, materiais velhos ou qualquer detritos;

VII - conduzir para a cidade, vilas ou povoações do município, doentes portadores de moléstias infectocontagiosas, salvo com as necessárias / precauções de higiene e para fins de tratamento.

Art. 27 - É proibido comprometer, por qualquer forma/ a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 28 - É expressamente proibida a instalação dentro do perimetro urbano da cidade, vilas e povoações, de industrias que pelas matérias primas utilizadas pelos combústiveis empregados, ou por / qualquer outro motivo, possam prejudicar a saúde pública.

Art. 29 - Não é permitido senão à distância de oitocentos metros das ruas e logradouros públicos, a instalação de estrumeiras ou depósitos em grande quantidade, de estrume animal não beneficiado.

Art. 30 - Na infração de qualquer disposição deste / capítulo, será imposta multa corresponde ao valor de um décimo a um / salário mínimo vigente na região.

Capítulo II

Da Higiene das Habitações

Art. 31 - As edificações urbanas e suburbanas deverão

ser mantidas caiadas e pintadas, a fim de manter a higiene e um agradá-/ vel aspecto urbanístico.

Art. 32 - Os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de assejo os seus quintais, pátios, pré/ dio e terrenos.

§ único - Não é permitida a existência de terrenos co-/ bertos da mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos / limites da cidade, vilas e povoados.

Art. 33º - Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na cidade, vilas ou povoados.

§ único - As providências para o escoamento das águas/ estagnadas em terrenos particulares competem ao respectivo proprietário

Art. 34º - O lixo das habitações será recolhido em va-/ silhas apropriadas, providas de tampas, para ser removido pelo serviço/ de limpeza pública.

§ único - Não serão considerados como lixo os resíduos/ de fábricas e oficinas, os restos de materiais de construção, os entu-lhos provènientes de demolições, as matérias excrementicias e restos de forragem das cocheiras e estábulos, as palhas e outros resíduos das ca-sas comerciais, bem como a terra, fôlhas e galhos dos jardins e quintais particulares, os quais serão removidos à custa dos respectivos inquili-nos ou proprietários.

Art. 35º - Nenhum prédio em via pública dotada de rêde/ de água e esgôtos poderá ser habitado sem que disponha dessas utilida-des e seja provido de instalações sanitárias.

§ 1º - Os prédios de habitção coletiva terão abas-tecimento de água, banheiros e instalações sanitérias em número propor-cional ao dos seus moradores.

§ 2º - Não é permitido, nos prédios da cidade, das/ vilas e dos povoados, providos de rêde de abastecimento de água, a aber tura ou a manutenção de cistemas, salvo casos justificáveis.

Art. 36º - As chaminés de qualquer espécie de fogões / de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis e de estabele-/ cimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura / suficiente para que a fumaça, a fuligem ou outros resíduos que possam/

expelir não incomodem os vizinhos.

§ único - Em casos especiais, a critério da Prefeitura as chaminés poderão ser substituidas por aparelhamentos que produzam / idêntico efeito.

Art. 37 - Na infração de qualquer disposição deste / capítulo será imposta multa correspondente ao valor de um décimo a um / salário mínimo vigente na região.

Capítulo III

Da Higiene da Alimentação

Art. 38 - A Prefeitura exercerá, em colaboração com / as autoridades sanitárias do Estado, severa fiscalização sôbre a pro-/ dução, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

§ único - Para os efeitos deste código consideram-se / gêneros alimentícios tôdas as substâncias, sólidas ou líquidas, destinadas a ser ingeridas pelo homem, excetuados os medicamentos.

Art. 39 - Não será permitida a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados / ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para local destinado à inutilização dos mesmos.

§ 1º- A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

§ 2º- A reincidência na prática das infrações previatas neste artigo determinará a cassação da licença para o funcionamento da fábrica ou casa comercial.

Art. 40 - Nas quitandas e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

I - o estabelecimento terá, para depósito de verduras que devem ser consumidas sem cocção, recipientes ou dispositivos apropriados, de molde / a assegurar-lhes a higiene;

II - as frutas à venda serão colocadas sôbre mesas, estantes ou tabo-/ leiros, rigorosamente limpos;

III - as gaiolas para aves serão construídas de tal modo que lhes facilite a limpeza.

§ único - É proibido utilizar-se, para outro qualquer fim, dos depósitos de hortaliças, legumes ou frutas.

Art. 41 - É proibido ter em depósito ou exposto à venda: I - aves doentes;

II - frutas não sazonadas;

III - legumes, hortaliças ou ovos deteriorados.

Art. 42 - Toda a água que tenha de servir na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não provenha do abastecimento público, deve ser comprovadamente pura.

Art. 43 - O gêlo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 44 - As fábricas de doces e de massas, as refinarias, padarias, confeitarias e os estabelecimentos congêneres deverão ter:

I - o piso e as paredes das salas de elaboração dos produtos revestidos pela forma prevista na legislação estadual competente;

II - as salas de preparo dos produtos devidamente protegidas contra moscas.

Art. 45 - Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais em que seja fácil a contaminação dos produtos expostos à venda.

Art. 46 - As infrações às disposições deste capítulo serão punidas com multa correpindente ao valor de um décimo a um salário mínimo vigente na região.

Capítulo IV

Da Higiene dos Estabelecimentos

Art. 47 - Os hotéis, restaurantes, bares, cafés, botequins e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte:

I - a lavagem de louça, talheres, etc., deverá ser feita em água corrente, não sendo permitida sob qualquer hipótese a lavegem em bacias, toneis ou vasilhames;

II - A higienização da louça e talheres deverá ser feita com água fervente ou detergente adequado;

III - Os guardanapos e toalhas serão de uso individual.

Art. 48 - Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior são obrigados a manter seus empregados e garçons limpos, convenientemente trajados, de preferência uniformizados.

Art. 49 - Nos salões de barbeiros e cabeleireiros é obrigatório o uso de toalhas e golas individuais.

Art. 50 - As infrações ao disposto no presente capítulo serão punidas com multas no valor de um décimo a um salário mínimo vigente na região.

TITULO III

DA POLÍCIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

Capítulo I

Da Moralidade e Sossêgo Público.

Art. 51 - É expressamente proibido às casas de comércio localizado ou ambulante, livrarias, bancas, estandes, etc., a exposição ou venda de gravuras, livros, revistas ou jornais pornográficos ou abscenos.

§ único - A reicidência na infração deste artigo determinará a cassação da licença de funcionamento.

Art. 52 - Não serão permitidos banhos nos rios, corregos, açudes, etc., exceto nos locais designados pela Prefeitura como próprios para tal.

§ único - Os praticantes de esportes os banhistas deverão trajar-se com roupas apropriadas.

Art. 53 - Os proprietários de estabelecimentos em que se vendem bebidas alcoólicas são responsáveis pela manutenção da ordem nos mesmos.

§ único - As desordens, algazarras, ou barulho verificados nos referidos estabelecimentos, sujeitarão os proprietários à respectiva multa, podendo ser cassada a licença para o funcionamento nas reincidências.

Art. 54 - É expressamente proibido perturbar o sossêgo público com ruídos ou sons excessivos, evitáveis, tais como:

I - os motores de explosão desprovidos de silenciosa; ou com os mesmos em mau estado de funcionamento;

II - os de buzinas, clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros / aparelhos;

III - a propaganda realizada com alto-falantes, bombas, tambores, cornetas, etc., sem prévia autorização da Prefeitura;

IV - os produzidos por arma de fogo;

V - os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos;

VI - os de apitos, ou silvos de sirenes de fábricas ou estabelecimentos outros, por mais de 30 segundos ou depois das 22 horas.

§ único - Excetuam-se das proibições deste artigo:

I - Os timpanos, sinetas ou sirenes dos veículos de assistências, Corpo de Bombeiros e Polícia, quando em serviço;

II - os apitos dos rondas e guardas policiais.

Art. 55 - Nas igrejas, conventos e capelas, os sinos / não poderão tocar antes da cinco horas e depois das 22 horas, salvo por ocasião das festas natalinas, ou toques de rebate por ocasião de incêndio, inundações ou outra calamidade pública.

Art. 56 - É proibido executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruído antes das sete horas e depois das vinte e duas / horas, nas proximidades de hospitais, escolas, asilos e casas residênciais.

Art. 57 - As instalações elétricas só poderão funcio-/ nar quando tiverem dispositivos capazes de eliminar, ou pelo menos reduzir ao mínimo, as correntes paresitas diretas ou induzidas, as oscila-/ ções de alta frequencia, chispas e ruídos prejudiciais à recepção por / rádio e televisão.

§ único - As máquinas e aparelhos que, a despeito da aplicação de dispositivos especiais não apresentarem diminuição sensível das perturbações, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem no período das dezoito às vinte horas e quatro horas, nos dias úteis.

Art. 58 - As infrações a este capítulo serão punidas / com multa de valor correspondente a um d[illegible] no máximo vigente

na região, além de outras medidas aplicáveis.

Capítulo II

Dos Divertimentos públicos

Art. 59 - Divertimentos públicos, para os efeitos deste Código, são os que se realizarem nas vias públicas ou em recintos fechado de livre acesso ao público.

Art. 60 - Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença da Prefeitura.

Art. 61 - São proibidas , nos têrmos da legislação / federal, as explorações comerciais, com fito de lucro, de espetáculos ou números isolados de hipnotismo e letargia de qualquer espécie/ tipo ou forma, apresentados em clubes de qualquer natureza, auditórios, palcos ou estúdios de rádio e de televisão, bem assim em quaisquer lo-/ cais públicos, com ou sem pagamento de ingressos.

§ 1º - Ficam excluidas da proibição as demonstra-/ ções de caráter puramente científico, sem fito de lucro, direto ou in-/ direto, executadas por médicos com curso especializado na matéria, ob-/ sevada a legislação federal.

§ 2º - Aos menores de dezoito anos não é permitido o ingresso nos locais onde se realizarem demonstrações científicas de / hipnotismo e letargia.

Art. 62 - Não são permitidas transmissões radiofônicas ou televisionadas das demonstrações mencionadas no artigo anterior/ exceto em circuito fechado, restrito ao auditório onde se efetuem.

Art 63 - Em tôdas as casas de diversões serão observadas as seguintes disposições além das estabelecidas pelo Código de Obras:

I - tanto as salas de entrada como as de espetáculo serão mantidas hi-/ giênicamente limpas;

II - as portas e os corredores para o exterior serão amplos e conser-/ var-se-ão sempre livres de grades, móveis, ou qualquer objeto que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;

III - todas as portas de saída sarão encimadas pela inscrição "SAÍDA" / legível à distância e luminosa de forma suave quando se apagarem/ as luzes da sala;

IV - os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados/ e mantidos em perfeito funcionamento;

V - haverá instalações sanitárias independentes para homens e senhoras/

VI - serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndio sendo obrigatório a adoção de extintores de fogo em locais visí-/ veis e de fácil acesso;

VII - durante os espetáculos deverão as portas conservar-se abertas, ve ladas com reposteiros ou cortinas;

VIII - deverão possuir material de pulverização de inseticidas;

IX - o mobiliário será mantido em perfeito estado de conservação.

§ único - É proibido aos espectadores, sem distinção de sexo, assistir aos espetáculos de chapeu à cabeça ou fumar no local das das funções.

Art. 64 - Nas casas de espetáculos de sessões consecu tivas, que não tiverem exaustores suficientes, deve, entre a saída e a/ entrada dos espectadores, decorrer lapso de tempo suficiente para o efei to de renovação do ar.

Art. 65 - Em todos os teatros, circos ou salas de es- petáculos, serão reservados lugares para as autoridades do juizado de / Menores, policiais e funcionários municipais encarregados da fiscaliza- ção.

Art. 66 - Os programas anunciados serão executados in tegralmente, naõ podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa da / marcada.

§ 1º - Em caso de modificação do programa ou de ho rário, o empresário devolverá aos espectadores o preço integral da entra da.

§ 2º - As disposições deste artigo aplicam-se às / competições esportivas, para as quais se exija o pagamento de entradas/

Art. 67 - Os bilhetes de entrada não poderão ser ven didos por preço superior ao anunciado e em número excedente à lotação / do teatro, cinema, circo, sala de espetáculo ou estádio.

Art. 68 - Não serão fornecidos licenças para a realização de jogos ou diversões ruidosas em locais compreendidos em área / formada por um raio de cem metros de hospitais, casas de saúde ou ma-/ ternidade.

Art. 69 - Para funcionamento de teatros, além das demais disposições aplicáveis deste Código, deverão ser observadas as seguintes:

I - a parte destinada ao público, será inteiramente separada da parte/ destinada aos artistas, não havendo entre as duas mais que as in-/ dispensável comunicações de serviços:

II - a parte destinada aos artistas deverá ter, quando possível, fácil e direta comunicação com as vias públicas, de maneira que assegure saída ou entrada franda, sem dependência da parte destinada à/ permanência do público.

Art. 70 - Para funcionamento de cinemas serão ainda / observadas as seguintes dispodições:

I - Só poderão funcionar em pavimentos térreos;

II - os aparelhos de projeção ficarão em cabines de fácil saída, construídas de materiais incombustíveis;

III - no interior das cabines não poderá existir maior número de películas do que as necessárias para as sessões e ainda deverão estar elas depositadas em recipiente especial, incombustível, hermeticamente fechado e que não será aberto por mais tempo que o indispensável ao serviço.

Art. 71 - É permitido, nos cinemas, a projeção de mensagens publicitárias, sob a forma de "filmes", "filmletes" e "slides"/ observada a legislação federal competente.

§ 1º - As mensagens publicitárias serão projetadas/ à meia luz, no intervalo de cada sessão.

§ 2º - A duração máxima do conjunto de mensagens publicitárias de cada sessão será de três minutos.

Art. 72 - A armação de circos de pano ou parques de / diversões só poderá ser permitida em certos locais, a juízos da Prefeitura.

§ 1º - A autorização de funcionamento das diversões /

de que trata este artigo não poderá ser por prazo superior a um ano.

§ 2º - Ao conceder a autorização, poderá a Prefeitura estabelecer as restrições que julgar convenientes, no sentido de assegurar a ordem e a moralidade dos divertimentos e o sossêgo da vizinhança.

§ 3º - A seu juizo, poderá a Prefeitura não renovar a autorização de circo ou parque de diverções, ou obrigá-los a novas restrições ao conceder-lhes a renovação pedida.

§ 4º - Os circos ou parque de diverções, embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelas autoridades da Prefeitura.

Art. 73 - Para permitir a armação de circos ou barracas em logra-douros públicos, poderá a Prefeitura exigir, se o julgar conveniete, um depósito até o maximo de três salários mínimos regionais, como garantia de despesas com a eventual limpeza e recomposição do logradouro.

§ único - O depósito será resituído integralmente se não houver necessidade de limpeza especial ou reparos, em caso contrário, serão deduzidas do mesmo as despezas feitas com tal serviço.

Art. 74 - Na localização de "dancings", "boites", ou outros estabelecimentos de diverções noturnas, a Prefeitura terá sempre em vista o sossêgo e decôro da papulação.

Art. 75 - Os espetáculos, bailes ou festas de caráter público dependem, para realizar-se, de prévia licença da Prefeitura.

Art 76 - Excentuan-se das disposições do artigo anterior as reuniões de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas levadas a efeito por clubes ou entidades de classes, em sua séde, ou realizadas em residências particulares.

Art. 77 - É expressamente proibido, durante os festejos carnavalescos, apresentar-se com fantasias indecorosas, ou atirar água ou outra substância que possa molestar os transeuntes.

§ único - Fora do período destinado aos festejos carnavalescos, a ninguém é permitido apresentar-se mascarado ou fantasiado nas vias públicas, salvo com especial das autoridades competentes.

Art. 78 - As infrações às disposições do presente e

pítulo serão punidas com muita correspondente ao valor de um décimo aum salário mínimo vigente na região.

Capítulo III

Dos Locais de Culto

Art. 79 - As igrejas, os templos e as casas de culto / são locais tidos e havidos por sagrados e, por isso, devem ser respei-/ tados, sendo proibido fixar suas paredes e muros, ou nêles pregar car-/ tazes.

Art. 80 - Nas igrejas, templos ou casas de culto, os / locais franqueados ao público deverão ser conservados limpos, ilumina-/ dos e arejados.

Art. 81 - As igrejas, templos e casas de culto não poderão conter maior número de assistentes, a qualquer de seus ofícios, / do que a lotação comportada por suas instalações.

ART. 82 - As infrações ao presente capítulo serão punidas com multa do valor corerespondente a um décimo a um salário mínimo/ vigente na região.

Capítulo IV

Do Trânsito Público

Art. 83 - O trânsito de aôrdo com as leis vigentes, é/ livre, e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem estar dos transeuntes e da população em geral.

Art. 84 - É proibido embarcar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências políciais o determinarem.

§ único - Sempre que houver necessidade de de interrom-/ per o trânsito, deverá ser colocada sinalização vermelha claramente visível de dia e luminosa à noite.

Art. 85 - Compreende-se na proibição do artigo o depósito de qualquer material, inclusive de construção, nas vias públicas / em geral.

da com multa correspondente ao valor de um décimo a um salário mínimo vigente na região.

Capítulo V

Das Medidas Referentes aos animais

Art. 92 - É proibida a permanência de animais nas vias públicas.

Art. 93 - Os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos serão recolhidos ao depósito da municipalidade.

Art. 94 - O animal recolhido em virtude do disposto/ neste capítulo, será retirado dentro do prazo máximo de este dias, mediante pagamento da multa e ressarcimento das despesas com a sua manutenção.

§ único - Não sendo retirado o animal nesse prazo, proceder-se-á sua venda em hasta pública, precedida da necessária publicação.

Art. 95 - É proibida a criação ou engorda de porcos, ou outra qualquer espécie de gado, no perimetro urbano da cidade.

Art. 96 - Os cães que forem encontrados nas vias públicas da cidade e vilas serão apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura.

Art. 97 - Os espetáculos e exibição de feras e animais perigosos só serão permitidos com as precauções necessárias à garantia da segurança pública.

Art. 98 - É expressamente proibido:

I - criar abelhas na zona urbana

II - criar galinhas nos porões e no interior das habitações;

III - criar pombos nos forros das casas de residência.

Art. 99 - É expressamente proibido o mau trato aos animais, quer por atos de crueldade, quer por exigir-lhe esforço ou trabalho superior às suas fôrças.

Art. 100 - A infração a qualquer disposição deste capítulo será punida com multa do valor correspondente de um décimo a um salário mínimo vigente na região, além de outras medidas cabíveis.

§ 1º - Será tolerada, excepcionalmente, a descarga e permanência temporária, na via pública, a critério da Prefeitura, de materiais que não possam ser descarregados diretamente no interior dos prédios.

§ 2º - Na zona central da cidade poderá o executivo regulamentar o serviço de carga e descarga de mercadorias, inclusive estabelecendo horário.

Art. 86 - É expressamente proibido nas ruas da cidade, vilas e povoados:

I - conduzir animais ou veículos em disparada;

II - conduzir animais bravos sem a necessária precaução;

III - atirar à via pública ou logradouros públicos corpos ou detritos que possam molestar os transeuntes.

Art. 87 - É expressamente proibido danificar ou retirar sinais colocados nas vias públicas, estradas ou caminhos públicos para sinalização de trânsito, advertência de perigo ou impedimento de trânsito.

Art. 88 - Assiste à Prefeitura o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Art. 89 - Poderá o Executivo regulamentar o trânsito nas ruas centrais da cidade, proibindo, ou impondo horário quanto à circulação de veículos pesados ou de tração animal.

Art. 90 - É proibido embaraçar ou molestar pedestres por tais meios como:

I - conduzir, pelos passeios, volumes de grande porte;

II - conduzir, pelos passeios, veículos de qualquer espécie;

III - patinar, a não ser nos logradouros a isso destinados;

IV - amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas;

V - conduzir ou conservar animais sôbre os passeios ou jardins.

§ único - Excentuam-se do disposto no item II, deste artigo, carrinhos de criança ou de paralíticos e, em ruas de pequeno movimento, triciclos e bicicletas de uso infantil.

Art. 91 - A infração de qualquer disposição deste capítulo, quando não prevista no Código Nacional de Trânsito, será pu-

Capítulo VI

Da extinção de Insetos Nocivos

Art. 101 - Todo o proprietário ou ocupante de terreno cultivado ou não, dentro dos limites do município, é obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro do mesmo.

Art. 102 - Verificada, pelos fiscais da Prefeitura, a existência de formigueiro, será feita a intimação ao responsável, mar-/cando-se o prazo de 20 dias para se preceder ao extermínio.

Art. 103 - Se, no prazo fixado, não fôr extinto o formigueiro, a Prefeitura incumbir-se-á de faze-lo, cobrando do proprietário as despesas que efetuar, acrescidas de vinte por cento (20%), pelo/ trabalho de administração, além da multa correspondente ao valor de um/ décimo a meio salário mínimo vigente na região.

Capítulo VII

Dos Inflamáveis e Explosivos

Art. 104 - No interêsse público a Prefeitura fiscalizará, em colaboração com as autoridades federais e estaduais a fabricação, o comércio, o transporte e o emprego de inflamáveis e explosivos.

Art. 105 - São considerados inflamáveis:

I - o fósforo e os materiais fosforados;

II - a gasolina e demais derivados do petróleo;

III - os éteres, alcoois, a aguardente e os óleos em geral;

IV - os carburetos, o alcatrão e as matérias betuminosas líquidas;

V - tôda e qualquer substância culo ponto de inflamabilidade seja acima de cento e cinco graus centigrados.

Art. 106 - Consideram-se explosivos:

I - os fogos de artifícop;

II - a nitroglicerina e seus compostos e derivados;

III - a pólvora e o algodão pólvora;

IV - as espoletas e estopins;

V - os fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres;

VI - os cartuchos de guerra, caça e aninas.

Art. 107 – É absolutamente proibido:

I – fabricar explosivos sem licença especial e em local não autorizado/ pela Prefeitura;

II – manter depósito de substâncias inflámáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto à construção e segurança;

III – depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisóriamente,/ inflamáveis ou explosivos.

§ único – Aos varejistas será permitido conservar, em/ cômodos apropriados, em seus armazens ou lojas, a quantidade fixada pela Prefeitura na respectiva licença, de material inflamável ou explosivo.

Art. 108 – Os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão construidos em locais especialmente designados na zona rural e com licença especial da Prefeitura.

§ 1º – Os depósitos serão dotados de instalação para/ para combate ao logo e de extintores de incêndio portáteis, em quantidade e disposição convenientes.

§ 2º – Tôdas as dependências e anexos dos depósitos de explosivos ou inflamáveis serão construidos de material incombustível,/ admitindo-se o emprêgo de outro material apenas nos caibros, ripas e nas quadrias.

Art. 109 – Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas.

§ 1º – Não poderão ser transportados simultâneamente no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.

§ 2º – Os veículos que transportarem explosivos ou / inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas além do motorista e dos ajudantes.

Art. 110 – É expressamente proibido:

I – queimar fogos de artifício, bombas, busca-pés, morteiros e outros / fogos perigosos, nos logradouros públicos ou em janelas e portas que deitarem para os mesmos logradouros;

II – soltar balões em toda a extensão do município;

III – fazer fogueiras, nos logradouros públicos, sem prévia autorização da Prefeitura;

IV - utilizar, sem justo motivo, armas de fogo dentro do perímetro urbano do município.

§ 1º - A proibição de que trata os itens I, II e III, poderá ser suspensa mediante licença da Prefeitura, em dias de regozijo público ou festividades religiosas de caráter tradicional.

§ 2º - Os casos previstos no primeiro serão regulamentados pela Prefeitura, que poderá inclusive estabelecer, para cada caso as exigências que julgar necessárias [illegible] segurança pública.

Art. 111 - A instalação de postos de abastecimento de veículos, bombas de gasolina e depósito de outros inflamáveis, fica sujeita à licença especial da Prefeitura.

§ 1º - A Prefeitura poderá negar a licença se reconhecer que a intalação do depósito ou da bomba irá ameaçar, de algum modo, a segurança pública.

§ 2º - A Prefeitura poderá estabelecer, para cada caso as exigências que julgar necessárias ao interêsse da segurança.

Art. 112 - As infrações e disposições deste capítulo serão punidas com multa correspondente ao valor de um a cinco salários mínimos vigentes na região além de outras medidas cabíveis, inclusive responsabilidade civil ou criminal, se fôr o caso.

Capítulo VIII

Da Cobertura Florestal e Das Pastagens

Art. 113 - A Prefeitura colaborará com o Estado e a União na defesa da cobertura florestal e das pastagens.

Art 114 - É expressamente proibido o corte ou danificação de árvores ou arbusto nos logradouros, jardins e parques públicos.

Art. 115 - As infrações a êste capítulo serão punidas / com multa carrespondente ao valor de um décimo a um salário mínimo vigente na região, além de indenização ou outras cabíveis.

Capítulo IX

Da Exploração de Pedreiras, Cascalheiras e Olarias

Art. 116 - A exploração de pedreiras, cascalheiras, - /

olarias e depósitos de areia e saibro depende de licença da Prefeitura, que a concederá, observados os preceitos deste Código.

Art. 117 - A licença será processada mediante apresentação de requerimento assinado pelo proprietário do solo ou pelo explorador e instruído de acôrdo com êste artigo.

§ 1º - Do requerimento deverão constar as seguintes indicações:

a) - nome e residência do proprietário do terreno:

b) - nome e residência do explorador, se êste não fôr o proprietário;

c) - localização precisa da entrada do terreno;

d) - declaração do processo de exploração e da qualidade do explosivo a ser empregado, se fôr o caso.

§ 2º - O requerimento deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) - prova de propriedade do terreno;

b) - autorização para a exploração quando pelo proprietário, no caso de não ser ele o explorador;

c) - planta de situação, com indicação do relêvo do solo por meio de curvas de nível, contendo a delimitação exata da área a ser explorada com a localização das respectivas instalações e indicando as construções, logradouros, nascentes e cursos d'água situados em tôda a faixa de largura de cem metros em tôrno da área a ser explorada;

d) - perfis do terreno em três vias.

§ 3º - No caso de se tratar de exploração de pequenas proporções, poderão ser dispensados, a critério da Prefeitura, os documentos indicados nas alineas "c" e "d" do parágrafo anterior.

Art. 118 - As licenças para exploração serão sempre por prazo determinado.

§ único - Será interditada a pedreira ou parte da pedreira, embora licenciada e explorada de acôrdo com êste código, se posteriormente se verifique que a sua exploração acarreta perigo ou dano à vida ou à propriedade.

Art. 119 - Ao conceder as licenças, a Prefeitura pode-

rá fazer as rstrições que julgar convenientes.

Art. 120 - Os pedidos de prorrogação de licença para a continuação da exploração serão feitos por meio de requerimento e / instruidos com o alvará de licença anteriormente concedida.

Art. 121 - O desmonte das pedreiras pode ser feito a/ frio ou a fogo.

Art. 122 - Não será permitida a exploração de pedreiras na zona urbana.

Art. 123 - A exploração de pedreira a fogo fica sujeita às seguintes condições:

I - declaração expressa da espécie do explosivo a ser empregado;

II - intervalo mínimo de trinta minutos entre cada série de explosões;

III - içamento, antes da explosão de uma bandeira à altura conveniente para ser vista à distância;

IV - toque, por três vêzes, com intervalos de dois minutos, de uma cigneta e o aviso em brando prolongado, dando sinal de fogo.

Art. 124 - A instalação de olarias nas zonas urbana e suburbana do município deve obedecer as seguintes prescrições:

I - As chaminés serão construídas de modo a não incomodar os moradores da visinhança pela fumaça ou emanações nocivas;

II - quando as escavações facilitarem a formação de depósito de águas, será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou à aterrar as cavidades à medida que fôr retirado o barro.

Art. 125 - A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras no recinto de exploração de pedreiras ou/ cascalheiras, com intuito de proteger propriedades particulares ou públicas, ou evitar a obstrução das galerias de águas.

Art. 126 - É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do município:

I - a jusante do local em que recebem contribuições de esgotos;

II - quando modifiquem o leito ou as margens dos mesmos;

III - quando possibilitem a formação de lodaçais ou criadouros por qualquer modo a estagnação das águas;

IV - quando de algum modo possam afetar perigo a pontes, muralhas, ou qualquer obra de arte construída nas margens ou sôbre os leitos / dos rios.

Art. 127 - As infrações às prescrições do presente capítulo serão punidas com multa de valor de um décimo a um salário mínimo vigente na região.

TITULO IV

DA POLÍCIA URBANISTICA

Capítulo I

Controle das Edificações

Art. 128 - Não poderão ser executadas, sem prévia licença da Municipalidade, obras de construção ou reconstrução parcial ou total de edificações de qualquer natureza, bem como os acréscimos e modificações em prédios existentes, observado o dispositivo no presente Codigo, no Código de Obras e demais legislação aplicável.

§ único - O assentamento dos equipamentos internos de distribuição hidráulica, energia elétrica, rêde telefônica, extintores de incêndio e coleta de esgotos sanitários e águas pluviais, obedecerão às normas e prescrições dos órgãos ou emprêsas concessionárias competentes.

Das Demolições

Art. 129 - A demolição de qualquer construção, excetuados apenas os muros de fechamento até três metros de altura, só poderá ser executada mediante licença da Prefeitura, expedida pelo órgão competente.

§ 1º - Tratando-se de edifício com mais de dois pavimentos ou de qualquer construção que tenha mais de oito metros de altura no alinhamento de logradouros públicos ou afastada dêles, a demolição só poderá ser efetuada sob a responsabilidade de profissional, legalmente habilitado.

§ 2º - No requerimento em que fôr pedida a licença para demolição compreendida no parágrafo anteior, será declarado o nome do profissional responsável, o qual deverá assinar o requerimento conjuntamente com o proprietário ou seu representante legal.

§ 3º - Em qualquer caso o profissional responsável ou o proprietário, conforme o caso, porá em prática tôdas as medidas necessárias e possíveis para garantir a segurança dos operários,

do público, das benfeitorias, dos logradouros e das propriedades vizinhas e, bem assim, para evitar o levantamento de pó,,tôda a parte do / logradouro público que ficar com a limpeza prejudicada pelos seus serviços.

§ 4º - O órgão competente poderá sempre que julgar conveniente, estabelecer as horas, mesmo à noite, dentro das quais uma demolição deva ou possa ser feita.

Tapumes

Art. 130 - Nas edificações até três (3) metros do alinhamento dos logradouros públicos será obrigatória a existência de tapumes em tôda a testada do lote.

§ 1º - O tapume deverá ser mantido enquanto perdurarem as obras que possam afetar a segurança dos pedestres que se utilizem / dos passeios dos logradouros.

§ 2º - O tapume de que trata êste artigo deverá atender as seguintes normas:

a) - a faixa compreendida pelo tapume não poderá ter [illegible] superior à metade da largura do passeio: nem exceder de dois metros (2m);

b) - a sua altura não poderá ser inferior a três metros (3m) e deverá ter bom acabamento;

c) - quando excutado formando galerias para circulação de pedestres, será permitida a existência de compartimentos superpostos, como complemento da instalação do canteiro da obra, respeitada sempre a/ norma contida na alinea "a" do presente parágrafo, desde que os limites destes compartimentos fiquem contidos até cinquenta centímetros../ (o,50) do meio fio;

d) - o material a ser usado nos tapumes poderá ser todo aquele aprovado por órgão de tecnologia.

Art. 131 - Nas edificações afastadas mais de três metros (3m) em relação ao alinhamento do logradouro, o tapume não poderá ocupar o passeio.

Art. 132 - Os tapumes deverão garantir efetiva proteção às árvores aparelhos de iluminação, postes e outros dispositivos existentes, sem prejuízo da completa eficiência de tais aparelhos.

Art. 133 - Para as obras de construção, elevação e reparo de muros até três metros (3m) não há obrigatoriedade de colocação/ de tapumes.

Art. 134 - Os tapumes das obras paralizadas por mais de cento e oitenta (180) dias terão que ser retirados.

Andaimes

Art. 135 - Os andaimes, que poderão ser apoiados no solo ou não, obedecerão as seguintes normas;

a) - terão de garantir perfeitas condições de segurança de trabalho para os operários, de acordo com a legislação federal;

b) - terão as faces laterais externas devidamente protegidas a/ fim de preservar a segurança de terceiros;

c) - os seus passadiços não poderão se situar abaixo da cota de dois metros e cinquenta cintímetros (2,50m) em relação ao nível do passeio do logradouro fronteiro à obra.

Art. 136 - Os andaimes [illegible] dos sôbre cavaletes, além das normas estabelecidas no art. 135 não poderão ter passadiços com largura inferior a um metro (1m) nem superior a dois metros (2m), respeitadas sempre as normas do art. 130, § 2º, [illegible] Código.

Art. 137 - Os andaimes que não ficarem apoiados no solo atenderão ainda as seguintes normas:

a) - a largura dos passadiços não poderá ser superior a um metro/ (1m);

b) - serão fixados por cabos de aço, quando forem suspensos.

Art. 138 - Os andaimes das obras paralizadas por mais/ de cento e oitenta (180) dias terão que ser retirados.

Proteções para Execução de Obras

Art. 139 - A execução de qualquer obra acima de seis / metros (6m) em relação ao nível do terreno circundante, implicará na / obrigatoriedade de colocação conjunta de bandejas de proteção e elementos de vedação que visem impedir a queda de materiais na via pública e nas/ propriedades vizinhas e só serão retirados quando se tornar necessário/

executar os revestimentos externos das edificações.

Art. 140 - As bandejas de proteção serão colocadas sempre ao nível do 2º pavimento, nas edificações ou construção com dois (2) ou mais pavimentos ou na altura máxima de três metros (3) em relação ao nível do terreno circundante se elas possuirem um só pavimento com altura total igual ou superior a seis metros (6m). Em ambas as situações, as bandejas de projeção serão colocadas em todo o perimetro da edificação.

§ 1º - Quando se tratar de obras em edificações ou construção contíguas às divisas do lote e existirem edifícios construídos / nos lotes vizinhos que impeçam a colocação de bandejas de proteção nas/ posições estabelecidas neste arigo, elas se situarão, sempre, ao nível/ do piso das edificações ou construções onde suas obras se realizem, imediatamente acima dos elementos construtivos que compõe a cobertura dêsses edifícios existentes vizinhos. Em relação ao alinhamento do logradouro será observado o que dispõe êste capítulo.

§ 2º - As bandejas de proteção terão a largura mínima/ de um metro (1m) e deverão ser construídas com bom acabamento de modo / a permitir atender as finalidades a que se destinam.

Art. 141 - Os elementos de vedação que existirão obrigatóriamente em conjunto com as bandejas de preteção e que irão até o / último pavimento além do estabelecido artigo 140 e seu parágrafo primeiro, poderão ser executados em madeira ou tela metálica, respeitado o espaçamento máximo de dez centímetros (0,10m) entre as tabeas e o diâmetro máximo de dez centímetros (0,10m) para a malha, respectivamente.

Art. 142 - Quando se tratar de obras nas edificações contíguas às divisas de terrenos [illegible], nos lotes vizinhos que se situe em níveis mais baixos ou se em relação/ àquelas obras houver uma diferença de nível contada entre o logradouro e o lote em questão, serão aplicáveis as disposições estabelecidas / no artigo 140 e seus parágrafos, mesmo que essas edificações ou construções tenham um só pavimento ainda que com menos de seis metros (6m) de/ altura.

§ 1º - As proteções para a execução dessas obras serão colocadas ao nível do piso do 1º pavimento.

§ 2º - Nas obras de acréscimos verticais [illegible]

ou construções, que se realizem acima da altura prevista no artigo 139/ as proteções serão colocadas na lage do piso do primeiro dos pavimentos acrescidos e a elas aplicar-se-ão as normas deste capítulo.

Art. 143 - As edificações ou construções que guardarem em relação ao alinhamento do logradouro e divisa do lote afastamentos / iguais ou superiores a um têrço de suas alturas, estarão insentas de colocarem proteção para execução de suas obras.

Art. 144 - A infração às disposições do presente capítulo importará na aplicação de multa do valor correspondente de um a cinco salários mínimos vigentes na região, além de outras medidas aplicáveis,/ tais como embargo, interdição regularização do licenciamento, adatação / às exigências legais, reposição ao estado anterior, etc.

Capítulo II
Dos Muros e Cêrcas

Art. 145 - Os proprietários de terrenos urbanos são obrigados a murá-los ou cercá-los, segundo a zona em que se situam e de acôrdo com as especificações expedidas pela Secretaria de Obras.

§ único - A Prefeitura, quando fôr o caso, fixará prazo/ a construção de muros ou cêrcas.

Art. 146 - Serão comuns os muros e cêrcas divisórios entre propriedades urbanas e rurais, devendo os proprietários dos imóveis/ confinantes concorrer em partes proporcionais para as despesas de sua / construção e conservação, na forma do artigo 588 do Código Civil.

Art. 147 - Aos infratores será aplicada a multa correspondente ao valor de um décimo do sálario mínimo vigente na região por / mês de mora na construção de muros ou cêrcas, a contar da notificação a/ que se refere o parágrafo único do artigo 145 dêste Código.-

Capítulo III
Dos Cordões e Calçadas

Art. 148 - É obrigatório o cordão e calçada na testada dos terrenos situados na cidade, vilas e povoados, nos prazos que forem fixados pela Prefeitura.-

Art. 149 - Nenhum proprietário poderá construir calçadas fora do alinhamento, bem como colocar cordões que não estejam devidamente nivelados pela Prefeitura.

Art. 150 - As calçadas serão construídas de material e forma pela Prefeitura.

Art. 151 - Se o proprietário não fizer a calçada dentro do prazo determinado pela Prefeitura ficará sujeito a multa correspondente a um décimo do salário mínimo vigente na região por mês de mora, a / contar da data da respectiva notificação.

§ único - A Prefeitura poderá mandar construir a calçada por sua conta, cobrando as despesas do proprietário com um acréscimo de 20%, independente da multa que houver incidido.

Art. 152 - Todo o proprietário ou morador da cidade, / vilas e povoados, que possuir garagem será obrigado a construir as rampas que forem necessárias. Ditas rampas não deverão impedir, de modo algum, o livre escoamento das águas e nem embaraçar o trânsito público, pena multa correspondente ao valor de um décimo a um salário mínimo vigente na região, além do cumprimento da disposição legal.

Capítulo IV

Dos Coretos e Palanques Provisórios

Art. 153 - Poderão ser armados coretos ou palanques -/ provisórios nos logradouros públicos, para comícios políticos, festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, desde que sejam observadas as condições seguintes:

I - serem aprovados pela Prefeitura quanto à sua estrutura e localização

II - não perturbarem o trânsito público;

III - não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos eventualmente ocorridos;

IV - serem removidos no prazo de vinte e quatro horas, a contar do encerramento dos festejos.

§ único - Uma vez fluído o prazo estabelecido no item IV a Prefeitura promoverá a remoção do palanque, cobrando aos responsáveis as despesas de remoção, dando ao material removido o destino que julg

conveniente.

Art. 154 - As infrações, além de outras providências cabíveis, serão punidas com multa correspondente ao valor de um décimo a um salário mínimo vigente na região.

Capítulo V

Do Ajardinamento e Arborização

Art. 155 - O ajardinamento e arborização das praças e vias públicas serão da exclusiva atribuição da Prefeitura.

§ único - Nos logradouros abertos por particulares com licença da Prefeitura é facultado aos interessados prover e custear a respectiva arborização.

Art. 156 - É proibido podar, cortar, derrubar ou sacrificar árvores da arborização pública, sem consentimento expresso da Prefeitura.

Art. 157 - As infrações, além de outras medidas cabíveis, inclusive reparação dos danos, serão punidas com multa correspondente ao valor de um décimo a um salário mínimo vigente na região.

Capítulo VI

Dos Cartazes, Anúncios, Postes, Cabos, Fios, etc.

Art. 158 - Nas árvores dos logradouros públicos, postes monumentos, viadutos, etc., não será permitida a colocação de cartazes anúncios, faixas, tabuletas, letreitos, etc., sem consentimento expresso da Prefeitura

Art. 159 - Os postes telegráficos, de iluminação e fôrça, os avisadores de incêndio e de polícia e as balanças de pesagem de veículos, só poderão ser colocados nos logradouros públicos mediante autorização da Prefeitura, que indicará as posições convenientes e as condições da respectiva instalação.

Art. 160 - As colunas de suporte de anúncios, as caixas de papéis usados, os bancos os abrigos de logradouros públicos, só mente poderão ser instalados mediante licença prévia da Prefeitura.

Art. 161 - As infrações, além de outras medidas cabí-/ veis, serão punidas com multa correspondente ao valor de um décimo a um salário mínimo vigente na região.

Capítulo VII

Das Bancas para Venda de Jornais e Revistas

Art. 162 - As bancas para a venda de jornais e revis-/ tas poderão ser permitidas, em logradouros públicos, desde que satisfeitas as seguintes condições:

I - terem sua localização aprovada pela Prefeitura;

II - não perturbarem o trânsito público;

III - terem o respectivo projeto de construção aprovado pela Prefeitura

IV - serem de fácil remoção.

Art. 163 - Os infratores, além da demolição, ficarão// sujeitos à multa correspondente ao valor de meio a dois salários míni-/ mos vigentes na região.

Capítulo VIII

Dos Monumentos, Fontes, Relógios, etc.

Art. 164 - Os relógios, estátuas, fontes e quaisquer / monumentos, sómente poderão ser colocados nos logradouros públicos se / comprovado o seu valor artístico ou cívico, e a juízo da Prefeitura.

§ 1º - Dependerá, ainda, de aprovação o local escolhido para fixação dos monumentos.

§ 2º - No caso de paralização ou mau funcionamento de relógio instalado em logradouro público, seu mostrador deverá permanecer coberto.

Art. 165 - Não será permitida a colocação de cartazes/ e anúncios, abertura de letreiros, ou a fixição de cabos ou fios em monumentos.

Art. 166 - As infração ao disposto no presente capítul serão punidas com multa correspondente ao valor de um décimo a um salário mínimo vigente na região, além de outras medidas cabíveis.

TITULO V

DO FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS

Capítulo I

Do Licenciamento dos Estabelecimentos Industriais e Comerciais

SeçãoI

Das Industrias e do Comércio Localizado

Art. 167 - Nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar no Município sem prévia licença da Prefeitura, / concedida a requerimento do interessado e mediante pagamento dos tri-// butos devidos.

Art. 168 - Não será concedida licença, dentro do perímetro urbano, aos estabelecimentos industriais que se enquadrem em proibições constantes dêste Código.

Art. 169 - A licença para o funcionamento de açougues padarias, confeitarias, leiteiras, cafés, bares, restaurantes, hotéis,/ pensões e outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedida do exame no local e de aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 170 - Para efeito de fiscalização o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o alvará de localização em lugar visível e o exibirá à autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art. 171 - Para mudança de local de estabelecimento / comercial ou industrial deverá ser solicitada a necessária permissão à/ Prefeitura, que verificará se o nôvo local satisfaz às condições exigidas, bem como se houve a devida aprovação da autoridade sanitária com-/ petente.

Art. 172 - A licança de localização poderá ser cassada

I - quando se tratar de negócio diferente do requerido;

II - como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou do sossêgo e segurança pública;

III - se o licenciado se negar exibir o alvará de localização à autoridade competente quando solicitado a fazê-lo;

IV - por solicitação de autoridade competente, provados os motivos que fundamentarem a solicitação.

§ 1º – Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º – Poderá ser igualmente fechado todo o estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceitua êste Cápitulo.

Seção II

Do Comércio Ambulante

Art. 173 – O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial, que será concedida de conformidade com as / prescrições da legislação fiscal municipal e do que preceitua este Código.

Art. 174 – Da licença concedida deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

I – número de inscrição;

II – residência do comerciante responsável;

III – nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante.

§ único – O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito à / apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Art. 175 – É proibido ao vendedor ambulante, sob pena/ de multa:

I – estacionar nas vias públicas e outros logradouros fora dos locais / determinados pela Prefeitura;

II – impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou outros logradouros;

III – transitar pelos paseios conduzindo cestos ou outros volumes capazes de molestar os transeuntes.

Capítulo II

Das Feiras Livres

Art. 176 – As feiras livres realizar-se-ão, normalmente, nos dias e lugares designados pela Municipalidade, funcionando em /

horário a ser estabelecido pelo Prefeito, para cada caso.

Art. 177 - As feiras livres são destinadas à venda de/ frutas, legumes, cereais, animais domésticos, produtos da lavoura e de/ indústria de gêneros alimentícios e de quaiquer gêneros do comércio, considerados da primeira necessidade, a juizo do Prefeito.

Art. 178 - Os gêneros que vierem às feiras serão expostos por classes, determinando os fiscais os locais que deverão ocupar./

Art. 179 - Os produtos da lavoura serão expostos à venda conforme vierem acondicionados dos centros de produção, e os de mais gêneros expostos em instalações ou barracas apropriadas, segundo os tipos indicados pela Prefeitura.

Art. 180 - As barracas dos feirantes serão dispostas de fórma a não ambaraçar o trânsito dos freguezes.

Art. 181 - Os feirantes não poderão utilizar para exposição de seus produtos os postes de iluminação pública, os troncos e galhos de árvores, sendo permitido, porém, à sombra das mesmas.

Art. 182 - Os produtos deverão ser retirados pelos respectivos com pradores imediatamente depois de adquiridos, não podendo / ser depositados na via pública, nem revendidos no próprio local.

Art. 183 - Terminada a feira, os produtos abandonados/ no local serão arrecadados e, se de valor [illegible] nível, serão postos em / leilão pelos fiscais, recolhendo-se o resultado aos cofres municipais,/ como renda própria.

Art. 184 - Os feirantes não poderão recusar-se a vender ao público os produtos expostos, exceto por determinação dos poderes públicos.

Art. 185 - Os feirantes pagarão pela locação da área / que ocuparem a taxa orçamentária, sendo o recibo a licença.

Art. 186 - Nenhuma barraca ou tenda será instalada [illegible] que o feirante prove haver pago a respectiva licença.

Art. 187 - As infrações serão punidas com multa correspondente ao valor de um décimo a um salário mínimo, além de outras medidas aplicáveis.

Capítulo III

Da Aferição de pesos e Medidas

Art. 188 - As transações comerciais em que intervenham medidas, ou que façam referência a resultados de medidas de qualquer / natureza, deverão obedecer ao que dispõe a legislação metrológica federal.

Art. 189 - As pessoas ou estabelecimentos que façam compra ou venda de mercadoria, são obrigados a submeter a exame, verificação e aferição os aparelhos e instrumentos de medir por êles utilizados.

§ 1º - A aferição deverá ser feita nos próprios estabelecimentos, depois de recolhida aos cofres municipais a respectiva taxa.

§ 2º - Os aparelhos e instrumentos utilizados por ambulantes deverão ser aferidos em local indicado pela Prefeitura.

Art. 190 - A aferição consiste na comparação dos pêsos e medidas com os padrões metrológicos e na aposição do carimbo oficial da Prefeitura.

Art. 191 - Só serão aferidos os pesos de metal, sendo/ rejeitados os de madeira, pedra, argila, ou substância equivalente.

§ único - Serão igualmente rejeitados os jogos de pesos e medidas que se encontrarem amassados, furados ou de qualquer modo / suspeitos.

Art. 192 - Para efeito de fiscalização a Prefeitura poderá, em qualquer tempo, mandar proceder ao exame e verificação dos aparelhos e instrumentos de pesar ou medir, utilizados por pessoas ou estabelecimentos a que se refere o artigo 189.

Art. 193 - Os estabelecimentos comerciais ou industriais serão obrigados, antes do início [illegible], a levar à aferição os aparelhos ou instrumentos de pesar ou medir a serem utilizados em suas transações comerciais.

Art. 194 - Será aplicada multa correspondente ao valor de um décimo a um salário mínimo vigente na região, àquele que:

I - usar, nas transações comerciais aparelhos, instrumentos e utensílios de pesar ou medir que não sejam baseados no sistema métrico decimal;

II - deixar de apresentar, quando exigidos para exame, os aparelhos e/ instrumentos de pesar ou medir utilizados na compra ou venda de / produtos;

III - usar, nos estabelecimentos comerciais ou industriais, instrumantos de medir ou pesar viciados, já aferidos ou não.

TITULO VI

DOS CEMITÉRIOS, INUMAÇÕES E EXUMAÇÕES

Capítulo I

Dos Cemitérios

Art. 195 - Os cemtérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal. É permitido a tôdas as confissões religiosas praticar nêles os seus ritos.

Art. 196 - Os cemitérios serão localizadps em pontos/ elevados, isentos de inundações, atendia a direção dos ventos e afastado, tanto quanto possível, dos centros de população.

Art. 197 - A área de cada centímetro será cercada, com entrada apenas pelos portões e dividida em quadros numerados, contendo sepulturas e carneiras, reunidas em grupo, ou separadamente, segundo o melhor aproveitamento do terreno.

Art. 198 - As sepulturas e carneiras terão largura e/ comprimento exigidos para cada caso e profundidade adequada à natureza e condições especiais do terreno, sendo, quando reunidas em grupos, separadas uma das outras por paredes de espessura mínima de quarenta centímetro (0,40 m), devendo ser de vinte centímetros (0,20 m) a espessura mínima das paredes externas.

Art. 199 - Deverá haver em cada cemitério um ossário/ ou local separado, onde sejam guardadas ou enterradas as ossadas retiradas das sepulturas, que não forem reclamadas pelas famílias dos falecidos.

Art. 200 - Nenhuma construção de mausoléeo, jazigo, ornamentos fixos ou obras de arte sôbre sepulturas ou carneiras será feita sem prévia licença da Prefeitura.

Art. 201 - Os cemitérios terão seus regulamentos pró-

prios, a serem baixados pelo Executivo.

b

Capítulo II

Das Inumações

Art. 202 - Sómente em cimetério é permitida a inumação de cadaveres humanos, ficando proibido o enterramento nas Igrejas, conventos, hospitais, colégios, fazendas e terrenos adjacentes, qualquer / que seja o motivo que se alegue.

Art. 203 - Nenhum sepultamento será feito sem que tenha sido apresentada, pelos interessados, certidão de óbito passada pela autoridade competente.

Art. 204 - Na falta de certidão de óbito, o caso será logo comunicado à autoridade policial, que tomará as providências cabíveis.

Art. 205 - Se da certidão de óbito não constar a causa da morte, e se houver sinais ou denúncia que a tornem suspeita, a inumação não será feita, antes de levar-se o fato ao conhecimento da polícia

Art. 206 - Os cadáveres serão inumados dentro dos prazos estabelecidos em lei.

Art. 207 - Nenhum cemitério poderá, por motivo religioso, recusar qualquer cadaver, sob pena de ser feito o enterramento com/ assistência da autoridade policial.

Capítulo III

Das Exumações

Art. 208 - Tôdas as exumações dependem de licença da/ Prefeitura.

Art. 209 - Nenhuma exumação se poderá fazer [illegible] rios, antes do decurso de três anos.

Art. 210 - Quando antes dêsses prazos houver necessidade de se abrir uma sepultura, será solicitado o concurso das autoridades sanitárias.

Art. 211 - As exumações procedidas pela polícia ou / por ordêm das autoridades judiciárias, será efetuada sob a direção e /

responsabilidade de médico legista podendo a Prefeitura, se o julgar necessário, fazer acompanhar o ato por um seu representante.

Art. 212 - As sepulturas de pessoas falecidas de moléstia epidêmicas só poderão ser reabertas após o decurso de cinco anos.

Art. 213 - As ossadas retiradas das sepulturas não poderão ficar expostas sôbre a terra, devendo ser recolhidas aos ossários / gerais ou serem sepultadas à medida que se desenterrarem.

Art. 214 - As infrações ao presente capítulo serão punidas com multa correspondente ao valor de um décimo a um salário mínimo/ vigente na região, além de outras medidas cabíveis.

Capítulo IV

Das Estradas

Art. 215 - As estradas de rodagem são públicas ou particulares.

§ 1º - São públicas as estradas que servem ao trânsito habitual a diversos moradores.

§ 2º - São particulares os caminhos reservados para / serventia exclusivamente de um ou mais moradores de um prédio.

Art. 216 - As estradas públicas são federais, estaduais ou municipais.

§ 1º - As estradas federais são as que constam ou vierem a constar do plano do D.N.E.R.

§ 2º - As estradas estaduais são as que constam ou / vierem a constar do plano do D.A.E.R.

§ 3º - As estradas municipais são as que constam dos/ cadástros da Prefeitura, as quais ligam pontos locais entre si.

Art. 217 - As estradas municipais denominam-se ou vicinais, conforme o volume do trânsito e os pontos por elas ligados.

§ 1º - Estradas gerais são aquelas que comunicam a sede do município com as dos distritos rurais e povoações, e as que unem/ estes entre si, assim como as que atravessam o município.

§ 2º - Estradas vicinais são as que unem entre si as/ estradas gerais ou com elas bifurcam.

Art. 218 – A Prefeitura previdênciará, nas estradas de sua jurisdição, para que sejam assinalados os acidentes e obstáculos do terreno, bem como na colocação de taboletas que indiquem denominação das estradas, itinerários, e em geral, os pontos de referência úteis aos viajantes.

Art. 219 – Nimguem poderá abrir, fechar, desviar ou modificar estradas gerais ou vicinais, ou particulares, sem licença da Prefeitura, sob pena de multa de Cr$ 200,00 a Cr$ 500,00.

Art. 220 – A licença para abertura de caminhos particulares só será concedida sob a condição de ficar a cargo dos interessados a sua conservação.

Art. 221 – As estradas gerais e vicinais, por isso que cominhos públicos, ainda quando por particulares, terão as dimensões e condições técnicas determinadas pela Prefeitura, de acordo com a natureza do solo, importância do trânsito e fins a que se destinam.

Art. 222 – Só serão permitidas, nas estradas vicinais cancelas que forem absolutamente necessárias, a juizo da Prefeitura, e que tenham passagem apropriadas para veículo automotor.

Art. 223 – Os escoadouros de águas pluviais serão feitos de forma que não prejudiquem a parte transitável das estradas.

Art. 224 – No alinhamento das estradas públicas não se permitirá:

a) – construção de qualquer natureza, a menos de 3 metros;

b) – arborização espessa, a menos de 15 metros do centro da estrada.

Art. 225 – É proibido, nas estradas públicas do município, o trânsito de qualquer veículo ou o emprego de qualquer meio de transporte que, pela sua natureza possa causar estragos no leito das estradas. Multa de Cr$ 500,00. Entre os quais, TRATORES, AUTOMOTRIZES, etc.

Art. 226 – Em épocas de [illegible] da Prefeitura, é terminantemente proíbido o trânsito de veículos com peso superior a 3.000 quilos. Multa de Cr$ 500,00 a Cr$ 1.000,00.

§ único – O Executivo regulamentará o trânsito de veículos nas estradas municipais, de conformidade com o artigo anterior.

Art. 227 – Fica o proprietário ou arrendatário de terra

obrigado a manter roçada a frente de sua propriedade na parte que margeia a estrada, sob pena de serviço ser feito pela Prefeitura que cobrará do responsável, as despesas feitas, acrescidas da multa de Cr$ 100,00.

Art. 228 - Quando o interâsse público exigir a abertura de estrada, esta deverá ser locada na divisa dos confinantes, cabendo, a cada um deles, concorrer com a metade da metragem necessária à estrada.

§ 1º - Havendo impossibilidade de ser locada a estrada pela " linha " pelas condições de terreno, será ela feita pelo lugar que melhor, consulte os interêsses, coletivos, indenizando, nêste caso/ a Prefeitura, o proprietário em cujo terreno deverá ser aberta a estrada.

§ 2º - A indenização prevista no § 1º dêste artigo / será proporcional à área cedida, e será calculada tomando-se por base / o valor venal do terreno.

§ 3º - As estradas vicinais ou gerais, que, atravessando propriedades de terceiros, depois de 3 anos de uso, sem reclamação por parte dos interessados, passarão ao domínio público municipal, só / podendo alterar-se o seu traçado de acordo com êste artigo.

Art. 229 - É proibido soltar água das curvas de NIVEL das lavouras no leito das estradas, multa de Cr$ 500,00.

TITULO VII

Capítulo Único

Disposições Finais

Art. 230 - As medidas de polícia administrativa, de / competência do Município, não contempladas nêste Código, tal como Zoneamento Urbano, Loteamento, Horário de Fechamento do Comércio e Industria Corridas de Cavalos, etc., serão objeto de legislação especial.

Art. 231 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor apartir da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AJURICABA, em 30 de dezembro de 1975.

Notelio Mariotti

NOTELIO MARIOTTI-PREFEITO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DILARI VICENTINI- SECRETÁRIO.